

ROGÉRIO
GRECO

CURSO de
**DIREITO
PENAL**

ARTIGOS 1º A 120
DO CÓDIGO PENAL

1

26^a
edição

revista,
atualizada e
reformulada

- O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 20.12.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

G829c
26. ed.
v. 1

Greco, Rogério

Curso de direito penal : artigos 1º a 120 do código penal / Rogério Greco. - 26. ed., rev., atual. e reform. - Rio de Janeiro : Atlas, 2024.
792 p. ; 24 cm. (Curso de direito penal ; 1)

Continua com: Curso de direito penal : artigos 121 a 212 do código penal
Inclui bibliografia
Inclui índice remissivo
ISBN 978-65-5977-578-1

1. Brasil. [Código penal (1940)]. 2. Direito penal - Brasil I. Título. II. Série.

23-87417

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Sumário

Capítulo 1 – Notas Preliminares.....	1
1. Introdução.....	1
2. Finalidade do Direito Pena.....	2
3. A seleção dos bens jurídico-penais.....	4
4. Códigos Penais do Brasil.....	4
5. Direito Penal Objetivo e Direito Penal Subjetivo.....	6
6. Modelo penal garantista de Luigi Ferrajoli.....	7
6.1. Garantismo hiperbólico e monocular <i>versus</i> garantismo integral.....	9
6.2. Dez axiomas do garantismo penal.....	10
7. Privatização do Direito Penal.....	11
8. O Direito Penal Moderno.....	12
Capítulo 2 – Evolução Histórica do Direito Penal e Escolas Penais.....	13
1. Introdução.....	13
1.1. Vingança privada.....	14
1.2. Vingança divina.....	15
1.3. Vingança pública.....	15
2. Direito Penal na Grécia Antiga.Direito Penal Romano.Direito Penal Germânico. Direito Penal Canônico.....	16
2.1. Direito Penal na Grécia Antiga.....	16
2.2. Direito Penal romano.....	16
2.3. Direito Penal germânico.....	17
2.4. Direito Penal canônico.....	18
3. Período Humanitário.....	19
3.1. A importância da obra de Beccaria.....	20
3.2. John Howard e a reforma penitenciária.....	26
3.3. Jeremy Benthan e sua influência no sistema penitenciário.....	28
4. Período Criminológico.....	30
5. Escolas Penais.....	34
5.1. Introdução.....	34
5.2. Escola Clássica.....	38
5.3. Escola Positiva.....	40

5.4. Outras Escolas.....	42
5.4.1. Terceira Escola (<i>Terza Scuola</i>).....	42
5.4.2. Escola Moderna alemã.....	43
5.4.3. Escola Técnico-Jurídica.....	43
5.4.4. Escola Correccionalista.....	44
5.4.5. Escola da Nova Defesa Social.....	44
Capítulo 3 – Fontes do Direito Penal.....	46
1. Conceito.....	46
2. Espécies.....	46
3. Quadro-resumo.....	49
Capítulo 4 – Da Norma Penal.....	50
1. Introdução.....	50
2. Teoria de Binding.....	50
3. Classificação das normas penais.....	51
3.1. Normas penais incriminadoras e normas penais não incriminadoras.....	51
3.2. Normas penais em branco (primariamente remetidas).....	53
3.2.1. Ofensa ao princípio da legalidade pelas normas penais em branco heterogêneas.....	55
3.3. Normas penais incompletas ou imperfeitas (secundariamente remetidas).....	57
4. Anomia e antinomia.....	57
5. Concurso (ou conflito) aparente de normas penais.....	58
5.1. Princípio da especialidade.....	59
5.2. Princípio da subsidiariedade.....	60
5.3. Princípio da consunção.....	60
5.3.1. Crime progressivo e progressão criminosa.....	62
5.4. Princípio da alternatividade.....	63
Capítulo 5 – Interpretação e Integração da Lei Penal.....	64
1. Introdução.....	64
2. Espécies de interpretação.....	64
3. Interpretação analógica.....	70
4. Interpretação conforme a Constituição.....	71
5. Dúvidas em matéria de interpretação.....	72
6. Analogia.....	73
6.1. Juiz como legislador positivo e como legislador negativo.....	75
Capítulo 6 – Princípio da Intervenção Mínima.....	76
1. Quadro-resumo.....	78
Capítulo 7 – Princípio da Lesividade.....	79

Capítulo 8 – Princípio da Adequação Social	82
1. Quadro-resumo	84
Capítulo 9 – Princípio da Fragmentariedade.....	85
1. Quadro-resumo	86
Capítulo 10 – Princípio da Insignificância.....	87
1. Introdução.....	87
2. Tipicidade penal.....	88
3. Rejeição ao princípio da insignificância	89
4. Quadro-resumo	93
Capítulo 11 – Princípio da Individualização da Pena	94
1. Fases da individualização da pena	94
2. Individualização da pena e a Lei nº 8.072/90.....	96
3. Quadro-resumo	98
Capítulo 12 – Princípio da Proporcionalidade.....	99
1. Introdução.....	99
2. Proibição de excesso e Proibição de proteção deficiente	100
3. Quadro-resumo	102
Capítulo 13 – Princípio da Responsabilidade Pessoal	103
1. Quadro-resumo	105
Capítulo 14 – Princípio da Limitação das Penas.....	106
1. Introdução.....	106
2. Penas de morte e de caráter perpétuo.....	107
3. Pena de trabalhos forçados.....	108
4. Pena de banimento.....	108
5. Penas cruéis.....	109
6. Quadro-resumo	110
Capítulo 15 – Princípio da Culpabilidade.....	111
1. Quadro-resumo.....	114
Capítulo 16 – Princípio da Legalidade	115
1. O Estado de Direito e o princípio da legalidade	115
2. Introdução ao princípio da legalidade penal.....	116
3. Funções do princípio da legalidade.....	117
4. Legalidade formal e legalidade material.....	119
5. Vigência e validade da lei.....	120
6. Termo inicial de aplicação da lei penal	121
7. Medidas provisórias regulando matérias penais	122

8. Diferença entre princípio da legalidade e princípio da reserva legal	124
9. Quadro-resumo	124
Capítulo 17 – Princípio da Extra-atividade da Lei Penal	126
1. Introdução.....	126
2. Tempo do crime	126
3. Extra-atividade da lei penal – Espécies	128
4. <i>Novatio legis in mellius</i> e <i>novatio legis in pejus</i>	129
4.1. Aplicação da <i>novatio legis in pejus</i> nos crimes permanentes e continuados.....	129
5. <i>Abolitio criminis</i>	130
5.1. Efeitos da <i>abolitio criminis</i>	131
5.2. <i>Abolitio criminis temporalis</i>	131
5.3. Princípio da continuidade normativo-típica	132
6. Sucessão de leis no tempo.....	134
6.1. Lei intermediária.....	134
6.2. Sucessão de leis temporárias ou excepcionais	134
6.3. Sucessão de complementos da norma penal em branco.....	136
7. Combinação de Leis	137
8. Competência para aplicação da <i>lex mitior</i>	138
9. Apuração da maior benignidade da lei	139
10. Irretroatividade da <i>lex gravior</i> e medidas de segurança.....	139
11. Aplicação da <i>lex mitior</i> durante o período de <i>vacatio legis</i>	140
12. <i>Vacatio legis</i> indireta.....	140
13. A retroatividade da jurisprudência	141
Capítulo 18 – Princípio da Territorialidade	143
1. Lugar do crime.....	143
2. Territorialidade.....	144
3. Quadro-resumo.....	145
Capítulo 19 – Princípio da Extraterritorialidade	146
1. Quadro-resumo	148
Capítulo 20 – Disposições sobre a Aplicação da Lei Penal	149
1. Eficácia da sentença estrangeira.....	149
2. Contagem de prazo	150
3. Frações não computáveis na pena.....	151
4. Legislação especial	151
Capítulo 21 – Conceito e Evolução da Teoria do Crime	153
1. Noções fundamentais.....	153
2. Infração penal.....	155

3. Diferença entre crime e contravenção.....	155
4. Ilícito penal e ilícito civil.....	157
5. Conceito de crime.....	158
6. Conceito analítico de crime.....	160
7. Conceito de crime adotado por Damásio, Dotti, Mirabete e Delmanto.....	162
8. Dogmática do delito.....	163
Capítulo 22 – Classificação Doutrinária das Infrações Penais.....	165
1. Classificação doutrinária das infrações penais.....	165
1.1. Crimes e contravenções penais.....	165
1.2. Crimes comissivos, crimes omissos (próprios e impróprios) e crimes de conduta mista.....	166
1.3. Crime consumado e crime tentado.....	167
1.4. Crimes de ação pública e crimes de ação privada.....	168
1.5. Crimes dolosos e crimes culposos.....	169
1.6. Crime impossível e crime putativo.....	169
1.7. Crime material, crime formal e crime de mera conduta.....	170
1.8. Crime comum, crime próprio e crime de mão própria.....	171
1.9. Crimes hediondos.....	172
1.10. Crimes militares próprios e impróprios.....	175
1.11. Crimes qualificados pelo resultado (crimes preterdolosos ou preterintencionais).....	175
1.12. Crime continuado.....	176
1.13. Crimes multitudinários.....	177
1.14. Crimes de dano e crimes de perigo (abstrato e concreto).....	177
1.15. Crimes simples e crimes complexos.....	179
1.16. Crimes qualificados e crimes privilegiados.....	180
1.17. Crime de bagatela.....	181
1.18. Crime falho.....	181
1.19. Crimes instantâneos, crimes permanentes e crimes instantâneos de efeitos permanentes.....	181
1.20. Crime a prazo.....	182
1.21. Delitos de intenção: crimes de resultado cortado e crimes mutilados de dois atos.....	182
1.22. Crimes comuns, crimes políticos e crimes de opinião.....	183
1.23. Crimes à distância, crimes plurilocais e crimes em trânsito.....	184
1.24. Crimes habituais.....	184
1.25. Crimes principais e crimes acessórios.....	185
1.26. Infrações penais de menor potencial ofensivo.....	185
1.27. Crimes monossubjetivos e crimes plurissubjetivos.....	186

1.28. Crimes uniofensivos e crimes pluriofensivos.....	187
1.29. Crimes de subjetividade passiva única e crimes de subjetividade passiva dupla.....	187
1.30. Crime de ímpeto.....	188
1.31. Crime progressivo.....	188
1.32. Crimes exauridos.....	188
1.33. Crimes de atentado ou de empreendimento.....	188
1.34. Crimes vagos.....	189
1.35. Crimes ambientais.....	189
1.36. Crimes unissubsistentes (ou monossubsistentes) e crimes plurissubsistentes....	189
1.37. Crimes transeuntes e crimes não transeuntes.....	190
1.38. Crimes conexos.....	190
1.39. Crimes falimentares.....	191
1.40. Crimes de responsabilidade.....	191
1.41. Crimes subsidiários.....	192
1.42. Crimes funcionais.....	192
1.43. Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado.....	193
1.44. Crimes de forma livre e crimes de forma vinculada.....	193
1.45. Crimes de ensaio ou de experiência (flagrante preparado ou provocado).....	194
1.46. Crimes remetidos.....	194
1.47. Crimes aberrantes.....	195
1.48. Crimes internacionais.....	195
1.49. Crimes emergentes.....	196
1.50. Crimes condicionados e crimes incondicionados.....	196
1.51. Crimes de trânsito.....	196
1.52. Crimes de acumulação ou crimes de dano cumulativo.....	196
Capítulo 23 – Conduta.....	197
1. Conduta.....	197
2. Conceito de ação – Causal, final e social.....	198
3. Condutas dolosas e culposas.....	200
4. Condutas comissivas e omissivas.....	200
5. Ausência de conduta.....	201
6. Fases de realização da ação.....	202
Capítulo 24 – Tipo Penal.....	205
1. Conceito.....	205
2. Tipicidade penal = Tipicidade formal + Tipicidade conglobante.....	206
3. Adequação típica.....	210
4. Fases da evolução do tipo.....	211

5. Teoria dos elementos negativos do tipo	212
6. Injusto penal (injusto típico)	214
7. Tipo básico e tipos derivados	214
8. Tipos normais e tipos anormais	215
9. Tipos fechados e tipos abertos	215
10. Tipos congruentes e tipos incongruentes	216
11. Tipo simples e tipo misto	216
12. Tipo complexo	218
13. Elementares	219
14. Elementos que integram o tipo	220
15. Elementos específicos dos tipos penais	221
16. Funções do tipo	228
Capítulo 25 – Tipo Doloso	230
1. Dispositivo legal	230
2. Conceito de dolo	230
3. O dolo no Código Penal	232
4. Teorias do dolo	233
5. Teorias adotadas pelo Código Penal	234
6. Espécies de dolo	235
7. Dolo geral (hipótese de erro sucessivo)	237
8. Dolo genérico e dolo específico	238
9. Dolo normativo (<i>dolus malus</i>)	238
10. Dolo subsequente (<i>dolus subsequens</i>)	238
11. Dolo de propósito e dolo de ímpeto	239
12. Ausência de dolo em virtude de erro de tipo	239
13. Dolo e crime de perigo	240
14. Dolo eventual e teoria da cegueira deliberada (cegueira intencional ou <i>wilful blindness</i> , do mundo anglo-saxão)	241
Capítulo 26 – Tipo Culposo	242
1. Dispositivo legal	242
2. Conceito e elementos do delito culposo	242
3. Imprudência, imperícia e negligência	248
4. Crime culposo e tipo aberto	249
5. Culpa consciente e culpa inconsciente	250
6. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual	250
6.1. Dolo eventual ou culpa consciente nos delitos praticados na direção de veículos automotores	250
7. Culpa imprópria	254

8. Compensação e concorrência de culpas	254
9. Excepcionalidade do crime culposos	255
10. Culpa presumida.....	255
11. Tentativa nos delitos culposos	256
12. Princípio da confiança e crimes culposos	256
Capítulo 27 – Relação de Causalidade	258
1. Dispositivo legal	258
2. Relação de causalidade.....	258
3. Do resultado de que trata o <i>caput</i> do art. 13 do Código Penal.....	258
4. Teorias sobre a relação de causalidade.....	260
5. Regressão em busca das causas do resultado	262
6. Processo hipotético de eliminação	263
7. ●corrência do resultado.....	263
8. Espécies de causas.....	264
8.1. Causa absolutamente independente	264
8.2. Causa relativamente independente	266
9. Omissão como causa do resultado	270
10. Ação esperada	270
11. Crimes omissivos próprios e impróprios.....	271
12. Relevância da omissão	273
13. A posição de garantidor.....	274
13.1. Cominação de pena diferenciada ao garantidor	276
14. Crimes omissivos por comissão.....	276
15. Teoria da imputação objetiva	277
Capítulo 28 – Consumação e Tentativa.....	285
1. Dispositivo legal	285
2. <i>Iter criminis</i>	285
3. Consumação.....	287
4. Não punibilidade da cogitação e dos atos preparatórios.....	287
5. Diferença entre atos preparatórios e atos de execução.....	288
6. Dúvida se o ato é preparatório ou de execução.....	290
7. Tentativa e adequação típica de subordinação mediata.....	291
8. Elementos que caracterizam o crime tentado.....	291
9. Tentativa perfeita e imperfeita	292
10. Tentativa e contravenção penal.....	292
11. Crimes que não admitem a tentativa	293
12. Tentativa e crime complexo.....	294
13. Tentativa branca	296

14. Teorias sobre a punibilidade do crime tentado.....	297
15. Punição da tentativa como delito autônomo	298
16. Tentativa e aplicação da pena	298
17. Tentativa e dolo eventual.....	299
Capítulo 29 – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.....	302
1. Dispositivo legal	302
2. Desistência voluntária.....	302
2.1. Introdução.....	302
2.2. Desistência voluntária e política criminal	303
2.3. A desistência deve ser voluntária, e não espontânea.....	303
2.4. Fórmula de Frank.....	304
2.5. Responsabilidade do agente somente pelos atos já praticados.....	305
2.6. Agente que possui um único projétil em seu revólver.....	306
3. Arrependimento eficaz	306
4. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	306
5. Diferença entre desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	307
6. Não impedimento da produção do resultado.....	307
Capítulo 30 – Arrependimento Posterior	308
1. Dispositivo legal	308
2. Natureza jurídica.....	308
3. Política criminal.....	308
4. Momentos para a reparação do dano ou restituição da coisa.....	309
5. Infrações penais que possibilitam a aplicação do arrependimento posterior.....	309
6. Ato voluntário do agente.....	309
7. Reparação ou restituição total, e não parcial	310
8. Extensão da redução aos coautores	311
9. Cooperação dolosamente distinta e arrependimento posterior.....	312
10. Diferença entre arrependimento posterior e arrependimento eficaz.....	313
11. A Súmula nº 554 do STF	313
12. Reparação do dano após o recebimento da denúncia	314
13. Reparação dos danos e a Lei nº 9.099/95.....	314
14. Arrependimento posterior e crime culposos.....	315
15. Aplicação mais benéfica ao agente	315
Capítulo 31 – Crime Impossível.....	316
1. Dispositivo legal	316
2. Introdução.....	316
3. Teorias sobre o crime impossível.....	316
4. Absoluta ineficácia do meio	317

5. Meio relativamente ineficaz.....	318
6. Absoluta impropriedade do objeto.....	319
7. Objeto relativamente impróprio.....	319
8. O crime impossível e a Súmula n° 145 do STF.....	319
9. Diferença entre crime impossível e crime putativo.....	320
Capítulo 32 – Agravção pelo Resultado.....	321
1. Dispositivo legal.....	321
2. Inovação das disposições contidas no art. 19 do Código Penal.....	321
3. Crimes qualificados pelo resultado.....	322
4. Finalidade do art. 19 do código penal.....	322
5. Crítica aos crimes preterdolosos.....	323
Capítulo 33 – Erro de Tipo.....	325
1. Dispositivo legal.....	325
2. Conceito de erro e sua distinção da ignorância.....	325
3. Erro de tipo.....	326
4. Consequências do erro de tipo.....	327
5. Erro de tipo essencial e erro acidental.....	328
6. Discriminantes putativas.....	330
6.1. Efeitos das discriminantes putativas.....	332
6.2. Hipóteses de erro nas discriminantes putativas.....	333
7. As discriminantes putativas e as teorias extremada (estrita) e limitada da culpabilidade.....	333
8. Teoria da culpabilidade que remete às consequências jurídicas.....	335
9. Delito putativo por erro de tipo.....	335
10. Erro de subsunção.....	335
Capítulo 34 – Ilcitude.....	337
1. Conceito.....	337
2. Ilcitude formal e material.....	338
3. A ilcitude no conceito analítico de crime.....	339
4. Causas de exclusão da ilcitude.....	340
5. Elementos objetivos e subjetivos nas causas de exclusão da ilcitude.....	340
6. Causas legais de exclusão da ilcitude.....	342
7. Estado de necessidade.....	342
7.1. Conceito – Elementos.....	342
7.2. Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante.....	344
7.3. Prática de fato para salvar de perigo atual.....	345
7.4. Perigo provocado pelo agente.....	346
7.5. Evitabilidade do dano.....	347

7.6.	Estado de necessidade próprio e de terceiros.....	348
7.7.	Razoabilidade do sacrifício do bem	349
7.8.	Dever legal de enfrentar o perigo	350
7.9.	Estado de necessidade defensivo e agressivo.....	351
7.10.	Elemento subjetivo no estado de necessidade.....	351
7.11.	Excesso no estado de necessidade	353
7.12.	<i>Aberratio</i> e estado de necessidade	353
7.13.	Estado de necessidade putativo	353
7.14.	Estado de necessidade e dificuldades econômicas.....	354
7.15.	Efeitos civis do estado de necessidade.....	355
8.	Legítima defesa.....	357
8.1.	Conceito e finalidade.....	357
8.2.	Bens amparados pela legítima defesa.....	358
8.3.	Espécies de legítima defesa	359
8.4.	Injusta agressão.....	360
8.5.	Diferença entre agressão injusta e provocação injusta	361
8.5.1.	Provocação para criação de situação de legítima defesa.....	363
8.6.	Meios necessários.....	363
8.7.	Moderação no uso dos meios necessários.....	364
8.8.	Atualidade e iminência da agressão	365
8.9.	Defesa de direito próprio ou de terceiro.....	366
8.10.	Agressão ou risco de agressão à vítima mantida refém durante a prática de crimes.....	367
8.11.	Elemento subjetivo na legítima defesa.....	369
8.12.	Legítima defesa e agressão de inimizáveis.....	370
8.13.	Legítima defesa recíproca.....	371
8.14.	Legítima defesa putativa <i>versus</i> legítima defesa autêntica (real).....	372
8.15.	Legítima defesa <i>versus</i> estado de necessidade.....	372
8.16.	Excesso na legítima defesa	373
8.17.	Excesso intensivo e extensivo	376
8.18.	Excesso na causa.....	377
8.19.	Excesso exculpante.....	377
8.20.	Legítima defesa sucessiva.....	378
8.21.	Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	379
8.22.	Defendículos	379
8.23.	Efeitos civis da legítima defesa	380
8.24.	Forças policiais que repelem agressão injusta.....	380
9.	Estrito cumprimento de dever legal.....	381
9.1.	Conceito e requisitos	381

9.2. O esvaziamento do estrito cumprimento de dever legal como causa de exclusão da ilicitude em face da tipicidade conglobante.....	383
10. Exercício regular de direito.....	385
11. Consentimento do ofendido – conceito, finalidades e requisitos.....	386
Capítulo 35 – Culpabilidade	389
1. Conceito	389
2. Culpabilidade e perigosidade.....	390
3. Livre-arbítrio e determinismo	391
4. Evolução histórica da culpabilidade na teoria do delito.....	392
4.1. Sistema causal-naturalista de Liszt-Beling (Sistema Clássico).....	393
4.2. Teoria normativa – Sistema neoclássico – Metodologia neokantista.....	396
4.3. Teoria da ação final (Sistema Finalista).....	397
4.4. Teoria social da ação	400
4.5. Funcionalismo teleológico ou moderado (Roxin) e Funcionalismo sistêmico ou radical (Jakobs).....	400
5. Culpabilidade de ato e culpabilidade de autor	402
6. Elementos da culpabilidade na concepção finalista.....	403
6.1. Imputabilidade (capacidade de culpabilidade).....	403
6.1.1. Denúncia oferecida em face de um inimputável e de um semi-imputável.....	408
6.1.2. Emoção e paixão	409
6.1.3. Embriaguez.....	410
6.2. Potencial consciência sobre a ilicitude do fato	413
6.2.1. Introdução	413
6.2.2. Diferença entre o desconhecimento da lei e a falta de consciência sobre a ilicitude do fato.....	414
6.2.3. Consciência real e consciência potencial sobre a ilicitude do fato.....	415
6.2.4. Espécies de erro sobre a ilicitude do fato.....	415
6.2.5. Erro sobre elementos normativos do tipo.....	417
6.2.6. Consequências do erro de proibição.....	418
6.2.7. Erro de proibição e delito putativo – Diferença	418
6.2.8. Erro de validade.....	418
6.2.9. Erro de proibição culturalmente condicionado.....	419
6.3. Exigibilidade de conduta diversa.....	419
6.3.1. Conceito.....	419
6.3.2. Causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de outra conduta.....	420

6.3.3.	Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade.....	424
6.3.3.1.	Objecção de consciência.....	425
6.3.4.	Aplicação, no Júri, das causas exculpantes supralegais.....	426
7.	Coculpabilidade.....	427
Capítulo 36 – Concurso de Pessoas.....		429
1.	Introdução.....	429
2.	Requisitos para o concurso de pessoas.....	429
3.	Teorias sobre o concurso de pessoas.....	431
4.	Autoria.....	432
4.1.	Introdução.....	432
4.2.	Conceito restritivo de autor.....	433
4.3.	Conceito extensivo de autor.....	434
4.4.	Teoria do domínio do fato.....	435
4.5.	Coautoria.....	436
4.6.	Autoria direta e indireta.....	437
4.7.	Autoria mediata e crimes de mão própria.....	439
4.8.	Coautoria e crimes de mão própria.....	440
4.9.	Autor intelectual.....	441
4.10.	Autor de determinação.....	442
4.11.	Autoria por convicção.....	443
4.12.	Coautoria sucessiva.....	443
4.13.	Autoria colateral, autoria incerta e autoria desconhecida.....	444
4.14.	Autoria de escritório (aparatos organizados de poder).....	446
5.	Participação.....	446
5.1.	Introdução.....	446
5.2.	Cumplicidade necessária.....	447
5.3.	Teorias sobre a participação.....	448
5.4.	Instigação a autores e a fatos determinados.....	450
5.5.	Participação punível – desistência voluntária e arrependimento eficaz do autor.....	450
5.6.	Arrependimento do partícipe.....	452
5.7.	Tentativa de participação.....	453
5.8.	Participação em cadeia (participação de participação).....	453
5.9.	Participação sucessiva.....	454
5.10.	Possibilidade de participação após a consumação.....	454
5.11.	Participação por omissão.....	455
5.12.	Impunibilidade da participação.....	456
5.13.	Participação de menor importância.....	456

5.14. Participação em crime menos grave (desvio subjetivo de conduta).....	457
5.15. Cumplicidade e favorecimento real.....	458
6. Punibilidade no concurso de pessoas.....	459
7. Circunstâncias incommunicáveis.....	460
8. Crimes multitudinários.....	461
9. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	463
9.1. Crimes omissivos próprios e impróprios – Distinção.....	463
9.1.1. Coautoria em crimes omissivos (próprios e impróprios).....	465
9.1.2. Participação em crimes omissivos (próprios e impróprios).....	466
10. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	467
10.1. Introdução.....	467
10.2. Coautoria em delitos culposos.....	468
10.3. Participação em crimes culposos.....	469
Capítulo 37 – Das Penas.....	471
1. Introdução.....	471
2. Origem das penas.....	472
3. Finalidades das penas – Teorias absolutas e relativas.....	474
4. Teoria adotada pelo art. 59 do Código Penal.....	476
5. Críticas aos critérios de prevenção geral e especial.....	477
6. Sistemas prisionais.....	478
7. Espécies de penas.....	480
8. Penas privativas de liberdade.....	481
8.1. Reclusão e detenção.....	481
8.2. Regimes de cumprimento de pena.....	482
8.3. Fixação legal do regime inicial de cumprimento de pena.....	483
8.4. A Lei nº 8.072/90 e a imposição do cumprimento inicial da pena em regime fechado nos crimes nela previstos.....	485
8.5. Lei de tortura e regime inicial de cumprimento de pena.....	487
8.6. Lei de Lavagem de Capitais (Lei nº 9.613/98) e fixação do regime aberto ou semiaberto nas hipóteses de delação premiada.....	489
8.7. Impossibilidade de cumprimento de pena em regime mais gravoso do que o determinado na sentença penal condenatória.....	489
8.8. Regras do regime fechado.....	491
8.8.1. Estabelecimento penal federal de segurança máxima.....	492
8.9. Regras do regime semiaberto.....	493
8.10. Regras do regime aberto.....	494
8.11. A remição pelo estudo nos regimes semiaberto e aberto.....	495

8.12.	Progressão e regressão de regime	495
8.12.1.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 7, publicado em 19 de fevereiro de 2014, sobre falta grave em execução penal.....	501
8.12.2.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, edição nº 144, sobre falta grave em execução penal – II	502
8.12.3.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, edição nº 145, sobre falta grave em execução penal – III.....	503
8.12.4.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, edição nº 146, sobre falta grave em execução penal – IV.....	504
8.13.	Regime especial.....	505
8.14.	Direitos do preso	506
8.14.1.	Gestantes e mães presas.....	508
8.14.2.	Parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil....	509
8.15.	Trabalho do preso e remição da pena	510
8.16.	Remição pelo estudo.....	511
8.17.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 12, publicado em 14 de maio de 2014, sobre remição.....	512
8.18.	Superveniência de doença mental.....	513
8.19.	Detração	513
8.20.	Prisão especial.....	515
8.21.	Prisão-albergue domiciliar.....	517
8.22.	Uso de algemas.....	519
8.23.	Monitoramento eletrônico	521
8.23.1.	Introdução	521
8.23.2.	Tecnologias de controle de primeira, segunda e terceira gerações.....	525
8.23.3.	Monitoramento e prisão preventiva.....	527
8.23.4.	Regulamentação do monitoramento	527
9.	Penas restritivas de direitos	528
9.1.	Introdução.....	528
9.1.1.	Possibilidade de aplicação de penas restritivas de direitos no delito de tráfico de drogas.....	530
9.2.	Espécies de penas restritivas de direitos	530
9.3.	Requisitos para a substituição.....	532
9.4.	Duração das penas restritivas de direitos	533
9.5.	Prestação pecuniária.....	534
9.5.1.	Violência doméstica e familiar contra a mulher.....	535
9.6.	Perda de bens e valores.....	536
9.7.	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	539
9.8.	Interdição temporária de direitos.....	540

9.8.1.	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	540
9.8.2.	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do Poder Público.....	541
9.8.3.	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	541
9.8.4.	Proibição de frequentar determinados lugares.....	542
9.8.5.	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exames públicos..	542
9.9.	Limitação de fim de semana.....	542
9.10.	Conversão das penas restritivas de direitos.....	543
9.11.	Execução provisória da pena restritiva de direitos.....	544
10.	Pena de multa.....	545
10.1.	Introdução.....	545
10.2.	Sistema de dias-multa.....	546
10.2.1.	Pena de multa na Lei nº 11.343/2006.....	546
10.3.	Aplicação da pena de multa	547
10.4.	Pagamento da pena de multa.....	547
10.5.	Execução da pena de multa.....	548
10.6.	Competência para a execução da pena de multa.....	549
11.	Aplicação da pena.....	549
11.1.	Introdução.....	549
11.2.	Cálculo da pena.....	550
11.3.	Circunstâncias judiciais.....	553
11.3.1.	Culpabilidade.....	553
11.3.2.	Antecedentes.....	553
11.3.3.	Conduta social.....	555
11.3.4.	Personalidade do agente.....	555
11.3.5.	Motivos.....	555
11.3.6.	Circunstâncias.....	556
11.3.7.	Consequências do crime.....	556
11.3.8.	Comportamento da vítima.....	557
11.4.	Circunstâncias atenuantes e agravantes.....	558
11.4.1.	Circunstâncias agravantes.....	559
11.4.2.	Circunstâncias atenuantes.....	567
11.4.3.	Circunstâncias atenuantes inominadas.....	571
11.4.4.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.....	572
11.4.5.	Tribunal do júri.....	573
11.4.6.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, publicada na edição nº 29, sobre aplicação da pena – agravantes e atenuantes.....	573
Capítulo 38 – Concurso de Crimes.....		575
1.	Introdução.....	575

2. Concurso material ou real de crimes.....	576
2.1. Introdução.....	576
2.2. Requisitos e consequências do concurso material ou real.....	577
2.3. Concurso material homogêneo e heterogêneo.....	579
2.4. Concurso material e penas restritivas de direitos.....	579
3. Concurso formal ou ideal de crimes.....	579
3.1. Introdução.....	579
3.2. Requisitos e consequências do concurso formal ou ideal.....	580
3.3. Concurso formal homogêneo e heterogêneo.....	581
3.4. Concurso formal próprio (perfeito) e impróprio (imperfeito).....	581
3.5. Concurso material benéfico.....	582
3.6. Dosagem da pena.....	583
3.7. Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 23, publicado em 29 de outubro de 2014, sobre concurso formal.....	583
4. Crime continuado.....	584
4.1. Introdução.....	584
4.2. Natureza jurídica do crime continuado.....	584
4.3. Requisitos e consequências do crime continuado.....	585
4.3.1. Crimes da mesma espécie.....	585
4.3.2. Condições de tempo, lugar, maneira de execução ou outras semelhantes.....	587
4.3.3. Os crimes subsequentes devem ser havidos como continuação do primeiro.....	588
4.4. Crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.....	590
4.5. Crime continuado simples e crime continuado qualificado.....	590
4.6. Consequências do crime continuado.....	591
4.7. Concurso material benéfico.....	591
4.8. Dosagem da pena no crime continuado.....	591
4.9. Crime continuado e <i>novatio legis in pejus</i>	592
5. Aplicação da pena no concurso de crimes.....	593
6. Multa no concurso de crimes.....	594
7. Jurisprudência em teses do superior tribunal de justiça, boletim nº 17, publicado em 6 de agosto de 2014, sobre crime continuado I.....	594
8. Jurisprudência em teses do superior tribunal de justiça, boletim nº 20, publicado em 17 de setembro de 2014, sobre crime continuado II.....	595
Capítulo 39 – Dos Crimes Aberrantes.....	596
1. Introdução.....	596
2. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	596
2.1. <i>Aberratio ictus</i> e dolo eventual.....	599

3. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>).....	599
4. Concurso material benéfico nas hipóteses de <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio criminis</i>	600
5. <i>Aberratio causae</i>	601
Capítulo 40 – Limite das Penas.....	602
1. Introdução.....	602
2. Limite das penas.....	603
3. Tempo sobre o qual deverão ser procedidos os cálculos para a concessão dos “benefícios” legais.....	604
4. Condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena.....	605
Capítulo 41 – Suspensão Condicional da Pena.....	607
1. Introdução.....	607
2. Direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz?.....	608
3. Aplicação do <i>sursis</i>	608
4. Requisitos para a suspensão condicional da pena.....	609
5. Espécies de <i>sursis</i>	610
6. Revogação obrigatória.....	611
7. Revogação facultativa.....	612
8. Prorrogação automática do período de prova.....	613
9. Cumprimento das condições.....	613
10. Diferença entre o <i>sursis</i> e a suspensão condicional do processo.....	614
Capítulo 42 – Livramento Condicional.....	616
1. Introdução.....	616
2. Requisitos do livramento condicional.....	616
3. Condições para o cumprimento do livramento.....	622
4. Procedimento do livramento condicional.....	622
5. Necessidade de ser ouvido o Conselho Penitenciário para a concessão do livramento.....	623
6. Revogação do livramento condicional.....	624
7. Extinção da pena.....	626
8. Livramento condicional e execução provisória da sentença.....	626
Capítulo 43 – Dos Efeitos da Condenação.....	627
1. Introdução.....	627
2. Efeitos genéricos da condenação.....	628
3. Efeitos específicos da condenação.....	633
4. Efeitos da condenação nos crimes contra a propriedade imaterial.....	637
5. Efeitos da condenação no Delito de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	637
6. Efeitos da condenação na lei de tortura.....	637

7. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal.....	638
8. Efeito da condenação na lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.....	639
9. Efeitos da condenação na lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária.....	639
10. Efeitos da condenação com relação a membros do ministério público e da magistratura.....	639
11. Efeitos da condenação na lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (organização criminosa).....	639
12. Identificação do perfil genético como efeito da condenação.....	640
13. Proibição de homenagem na denominação de bens públicos.....	640
Capítulo 44 – Da Reabilitação.....	641
1. Introdução.....	641
2. Aplicabilidade.....	641
3. Requisitos e competência para a análise do pedido.....	642
4. Recurso do indeferimento do pedido de reabilitação.....	643
5. Revogação da reabilitação.....	643
Capítulo 45 – Medidas de Segurança.....	644
1. Introdução.....	644
2. Espécies de medidas de segurança.....	645
3. Início do cumprimento da medida de segurança.....	646
4. Prazo de cumprimento da medida de segurança.....	647
5. Desinternação ou liberação condicional.....	649
6. Reinternação do agente.....	650
7. Medida de segurança substitutiva aplicada ao semi-imputável.....	650
8. Extinção da punibilidade e medida de segurança.....	651
9. Direitos do internado.....	651
10. Internação cautelar.....	652
Capítulo 46 – Ação Penal.....	653
1. Introdução.....	653
2. Condições da ação.....	654
2.1. Legitimidade das partes.....	654
2.2. Interesse de agir.....	655
2.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	656
2.4. Justa causa.....	656
3. Espécies de ação penal.....	657
3.1. Ação penal de iniciativa pública.....	657
3.1.1. Ação penal de iniciativa pública incondicionada.....	658
3.1.2. Ação penal de iniciativa pública condicionada à representação do ofendido ou à requisição do Ministro da Justiça.....	658

3.1.3.	Princípios informadores da ação penal de iniciativa pública.....	658
3.2.	Ação penal de iniciativa privada.....	659
3.2.1.	Privada propriamente dita.....	659
3.2.2.	Privada subsidiária da pública.....	660
3.2.3.	Privada personalíssima.....	661
3.2.4.	Princípios informadores da ação penal de iniciativa privada.....	661
4.	Representação criminal ou requisição do Ministro da Justiça.....	662
5.	Ação penal no crime complexo.....	664
6.	Decadência do direito de queixa ou de representação, renúncia e perdão do ofendido.....	665
7.	Acordo de não persecução penal.....	665
Capítulo 47 – Extinção da Punibilidade.....		667
1.	Introdução.....	667
2.	Morte do agente.....	669
3.	Anistia, graça e indulto.....	670
3.1.	Jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça, Boletim nº 139, publicado em 6 de janeiro de 2020, sobre indulto e comutação da pena.....	672
4.	Retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.....	673
5.	Prescrição, decadência e perempção.....	674
6.	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada.....	676
6.1.	Renúncia ao direito de queixa.....	676
6.2.	Perdão do ofendido.....	677
7.	Retratação do agente nos casos em que a lei a admite.....	679
8.	Perdão judicial, nos casos previstos em lei.....	679
8.1.	Perdão judicial no Código de Trânsito Brasileiro.....	680
8.2.	Perdão judicial e a Lei nº 9.807/99.....	682
8.3.	Perdão judicial e a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013).....	684
Capítulo 48 – Prescrição.....		685
1.	Introdução.....	685
2.	Natureza jurídica da prescrição.....	685
3.	Espécies de prescrição.....	686
4.	Prescrição antes de transitar em julgado a sentença.....	686
5.	Prescrição das penas restritivas de direitos.....	687
6.	Prescrição depois de transitar em julgado a sentença penal condenatória.....	687
7.	Momento para o reconhecimento da prescrição.....	689
8.	Prescrição retroativa e superveniente (intercorrente ou subsequente).....	689
9.	Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final.....	691
10.	Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível.....	693

11. Prescrição da multa	695
12. Redução dos prazos prescricionais.....	696
13. Causas suspensivas da prescrição.....	697
14. Causas interruptivas da prescrição.....	700
14.1. Recebimento da denúncia ou da queixa.....	701
14.1.1. Recebimento da denúncia ou queixa na atual legislação processual penal.....	701
14.2. Pronúncia.....	704
14.3. Decisão confirmatória da pronúncia.....	705
14.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.....	705
14.5. Início ou continuação do cumprimento da pena.....	707
14.6. Reincidência.....	707
14.7. Efeitos da interrupção.....	707
15. Prescrição no concurso de crimes	708
16. Prescrição pela pena em perspectiva (ideal, hipotética ou pela pena virtual).....	709
17. Prescrição e detração	710
18. Imprescritibilidade	710
Referências.....	711
Índice Remissivo.....	731